

**AO JUÍZO DE DIREITO DA ____ VARA CÍVEL DA COMARCA
DE XXXXXXXX - ESTADO**

XXXXXX, brasileira, solteira, estagiária, portadora do RG nº XXXXXXXXX e CPF nº XXXXXXXXX, detentora do endereço eletrônico XXXXXXXXX@email.com, residente e domiciliada à Rua XXX, nº XXX, Bairro XXXXXX, na cidade de XXXXXX- SC, CEP: XXXXXXXXX, neste ato representadas pelo advogado que esta subscreve, com procuração anexa, endereço profissional à Rua XXXXXX, nº XXXXXX, na cidade de XXXXXXXXX - ESTADO, vêm, perante Vossa Excelência, com o devido respeito e vênia, embasando-se nos arts. 186 e 927 do Código Civil, bem como no art. 5º, X, CRFB/88 e demais dispositivos legais previstos no Código do Processo Penal, propor a presente:

AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS

em face de **XXXXXX**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita sob o CNPJ 1234567891011, com sede à Rua: -----, pelos fatos e fundamentos que passa a expor:

I. DA JUSTIÇA GRATUITA (art. 98, CPC/15)

A Requerente faz jus à concessão da gratuidade de Justiça, haja vista não possuir rendimentos suficientes para custear as despesas processuais e honorários advocatícios em detrimento de seu sustento e de sua família.

Destaca o dever estatal de prestar assistência gratuita a Constituição Federal do Brasil, em seu artigo 5º LXXIV, *in verbis*:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

[...]

XXIV - O Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos;